

Demonstrações Financeiras

Maestro Locadora de Veículos S.A.

31 de dezembro de 2017 e 2016
com Relatório do Auditor Independente

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras.....	52
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes	53

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

Em 2017 a Maestro continuou avançando de forma importante no desenvolvimento de seu plano de negócios. O objetivo de aumentar gradativa e consistentemente a rentabilidade foi atingido no último ano com o resultado positivo antes de impostos de R\$1.050, reafirmando tendência de aumento de lucratividade apresentado desde o segundo semestre de 2016.

Os principais vetores de evolução têm sido a incansável busca pela otimização na utilização do ativo (eficiência operacional em todas as fases do ciclo de locação de longo prazo) e a redução das despesas financeiras, em ambiente favorável tendo em vista a queda da taxa básica de juros. A diluição do custo fixo de estrutura, via crescimento da receita de locação ainda se apresenta como um ponto de melhoria nos períodos futuros.

A receita de locação anual cresceu 4,5%, aumento de R\$1.796 no período, atingindo total de R\$42.070, distribuída em 130 clientes.

Ao longo de 2017, conquistamos e aumentamos a participação em clientes importantes e com contratos com duração longa, entre 4 e 5 anos, elevando à prazo médio dos contratos para 39 meses (31 meses em 2016). A concentração da carteira mantém o patamar de anos anteriores com o 18,7% para o maior cliente e 61,4% para os Top10.

Terminamos o ano de 2017 com frota total de 2.429 carros estando 95% deste total locado. Sendo o valor de mercado (FIPE) de nossa frota R\$ 107.500. Importante aumento de 16% em relação ao valor de R\$92.800 de 2016.

A idade média da frota em Dez/17 era de 16,8 meses (18,2 meses em Dez/2016).

O endividamento total líquido atingiu R\$61.115, inferior em R\$31.222 e R\$46.385 ao valor de nossa frota contábil e a mercado (FIPE), respectivamente.

Esta dívida apresenta perfil de alongamento satisfatório e confortável de 43,4% e 56,5% vencendo no curto e longo prazos.

A geração de caixa operacional, somada a venda mensal típica de veículos em desmobilização de frota, tem sido consistentemente superior ao pagamento de dívida (juros e principal). Desta forma, as linhas de crédito contratadas ao longo de 2017, tal como em 2016, foram destinadas à aquisição de novos veículos, seja para renovação de contratos ou aquisição de novos clientes.

O EBITDA ajustado de 2017 atingiu R\$21.066 aumento de 5,9% em relação ao ano anterior. A margem EBITDA sobre a receita líquida de locação que era de 54,4% atingiu 55,2%, com contribuição decisiva da diminuição dos custos diretos da operação. A margem bruta subiu pelo segundo ano consecutivo, indo no período de 12 meses de 54,6% para 59,7%.

O resultado financeiro líquido também contribuiu de forma significativa no resultado final tendo caído 11,2% em 2017, atingindo o valor anual de R\$10.816, queda de R\$1.360 em relação aos 12 meses de 2016.

O lucro líquido foi de R\$382 e não é diretamente comparável ao valor de R\$12.824 de 2016, que continha ajuste não recorrente de impostos diferidos de R\$14.076. A alíquota efetiva de impostos em 2017 foi de 64% devido ainda a algum carregamento de impostos correntes/diferidos do ano anterior. Este valor deve convergir paulatinamente para 34% no médio/longo prazos.

No relatório de 2016 comentávamos que o principal obstáculo ao crescimento da Maestro havia sido a diminuição generalizada da disponibilidade de crédito em condições de prazo e custo que fizessem sentido à manutenção da rentabilidade sobre o capital investido da companhia. Em 2017, especialmente no segundo semestre, temos verificado uma melhora significativa nas perspectivas de *funding*. A rentabilidade dos contratos tem se mantido constante e temos um pipeline comercial que nos dá confiança na aquisição relativamente rápida de novos contratos.

A exemplo de anos anteriores, continuaremos buscando a continuidade do aumento da rentabilidade sobre o capital investido, independente das condições econômicas e de mercado. Nesse contexto, vemos como positivo a tendência atual de queda da taxa básica de juros e retomada de atividade econômica que poderão se traduzir numa aceleração do crescimento de receita e margens.

A reafirmação do rating das debêntures (BBB+, de longo prazo) emitido em 20/02/2017 pela Liberum Ratings corrobora a consistência de nossa trajetória recente e nosso alicerce financeiro e operacional.

Concluimos reafirmando nosso compromisso de continuamente avançar em nossos objetivos de rentabilização do capital investido, atendendo nossos clientes de forma diferenciada, com alto nível de eficiência operacional e solidez financeira. Os números de 2017 corroboram esta posição e nos dão confiança que continuaremos nossa trajetória de crescimento sustentado para os próximos períodos.

2. Desempenho Operacional e Financeiro

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2017	AV	2016	AV	Variação	
(em R\$ mil, exceto percentuais)		(%)		(%)	(%)	
Demonstração do Resultado						
Receita líquida	70.989	100,0%	59.983	100%	11.006	18%
Bruta de Locação	42.070	59,3%	40.274	67,1%	1.796	4,5%
(-) impostos sobre receita locação	(3.890)	-5,5%	(3.725)	-6,2%	(165)	4,4%
Venda de veículos	32.809	46,2%	23.434	39,1%	9.375	40,0%
Custo de locação e venda de veículos	(49.783)	70,1%	(41.486)	69,2%	(8.297)	20,0%
Lucro bruto	21.206	29,9%	18.497	30,8%	2.709	14,6%
(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais (a)	(9.555)	13,5%	(9.214)	15,4%	(341)	3,7%
Outras receitas operacionais (b)	215	0,3%	1.790	3,0%	(1.575)	-88,0%
Total operacionais (a)+(b)	(9.340)	-13,2%	(7.424)	-12,4%	(1.916)	25,8%
Resultado antes das despesas fin. liq. e impostos	11.866	16,7%	11.073	18%	793	7,2%
Despesas financeiras	(12.403)	17,5%	(14.788)	25%	2.385	-16,1%
Receitas financeiras	1.587	2,2%	2.612	4%	(1.025)	-39,2%
Despesas financeiras, líquidas	(10.816)	-15,2%	(12.176)	-20%	1.360	-11,2%
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.050	1,5%	-1.103	-2%	2.153	-195,2%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(668)	-0,9%	13.927	23%	(14.595)	-104,8%
(Prejuízo) lucro líquido do período	382	0,5%	12.824	21%	-12.442	-97,0%

Receita Líquida

A receita líquida total é composta de receita de aluguel e receita de venda de veículos.

A receita de aluguel de carros de 2017 apresentou elevação de 4,5% em relação ao ano anterior, atingindo R\$42.070. Esta variação é praticamente toda devida ao aumento de ticket médio e ao mix mais elevado, tendo a frota locada do ano ficado praticamente no estável em relação à 2016.

A receita de vendas de veículos foi de R\$32.809, aumento de 40% em relação ao ano anterior, devida à maior quantidade de veículos em final de contrato e disponíveis para venda em 2017.

Custo de Locação de Veículos

O custo de locação de veículos, que em 2017 representou 70,1% da receita líquida (69,2% em 2016), aumentando em R\$8.297 e atingindo R\$49,8 m.

Os drivers de variação foram:

- Os custos associados aos veículos vendidos aumentaram em R\$8.238, equivalente a 99,3% da variação da conta total. Este incremento foi devido ao maior volume de venda de carros em fim de contrato (como citado no parágrafo anterior).
- Custos operacionais, incluindo o de manutenção de veículos, caíram 4% com as diversas iniciativas de melhoria operacional, renovação de frota e gestão do ativo.

- Custos de depreciação aumentaram 4,2%, valor inferior aos 13% de aumento no ativo-carro nos respectivos finais de período 2017-2016. O resultado na venda de veículos assegura a robustez do índice de depreciação utilizado.

(Despesas) receitas operacionais administrativas e gerais

As despesas operacionais administrativas permaneceram praticamente estáveis em termos reais, com acréscimo nominal de 3,7%.

O principal *driver* de variação foram as contas relativas a terceiros com contratação de consultoria tributária e fiscal, entre outros.

Em 2016, tivemos uma contribuição positiva importante, de R\$1.790, na conta de “outras receitas operacionais”, receitas estas compostas por itens não recorrentes de aluguel como reembolsos em geral, incluindo os itens relativos à recuperação de valores de manutenção. Em 2017, esta conta voltou a patamares recorrentes normais e atingiu R\$215.

Resultado na venda de veículos em desmobilização para frota.

Em 2016, vendemos os veículos em desmobilização para frota a 103% do custo total, evidenciando solidez na política de precificação e confiável canal de desmobilização. Ao longo dos últimos anos temos vendidos nossos carros através de nosso network de parceiros lojistas em todo território nacional.

Gerencialmente definimos o resultado de venda de veículos como abaixo:

Receita de venda de veículos = A = R\$23.434

Custo dos veículos (baixa ativo) = B = R\$23.945 m

Recuperação de avarias para venda = C = R\$1300 (parte da rubrica “manutenção”).

$$A/(B-C) = 23,4/(24,0-1,3) = 103\%.$$

Em 2017, melhoramos ainda mais este indicador, atingindo 106% do valor do ativo. De forma análoga:

Receita de venda de veículos = A = R\$32.809

Custo dos veículos (baixa ativo) = B = R\$32.183

Recuperação de avarias para venda = C = R\$1.000 (parte da rubrica “manutenção”).

$$A/(B-C) = 32,8/(32,2-1,2) = 106\%.$$

EBITDA

EBITDA R\$ mil	2017	2016	Var. % (17/16)
Lucro antes de impostos (EBT)	1.050	-1.104	-195,1%
(-) Despesas financeiras líquidas	10.816	12.176	-11,2%
(-) Depreciação	9.200	8.820	4,3%
EBITDA	21.066	19.892	5,9%
EBITDA Ajustado	21.066	19.892	5,9%
Receita Líquida de Locação	38.180	36.549	
Margem EBITDA (%)	55,2%	54,4%	

Despesas financeiras líquidas

O resultado financeiro líquido caiu R\$1.360 ou 11,2%, mesmo com ligeiro aumento do endividamento (vide quadro abaixo), com a contribuição significativa da queda da taxa básica de juros ao longo de 2017.

Imposto de Renda e CSLL

O imposto de renda corrente de 2017 atingiu R\$629 aumento de R\$417 em relação ao ano anterior, reflexo da melhora do resultado global e consequentemente do lucro tributável.

A alíquota de imposto de renda diferido foi de R\$39, sem comparação direta com os efeitos de ajuste não recorrentes de 2016.

Lucro antes de Impostos e Lucro Líquido.

A combinação dos fatores anteriormente citados levou o resultado antes de impostos a R\$1.050 ante a uma perda de R\$(1.103) no ano anterior.

O lucro líquido atingiu R\$382 em 2017. Em 2016 o resultado havia sido positivo em R\$12.824 com o efeito não recorrente da reavaliação do ativo diferido conforme nota anterior.

3. Investimentos

A Companhia investiu R\$48.420 em aquisição de novos veículos em 2017 perfazendo total de 1.052 carros ao preço médio de R\$45,9 mil por veículo. Em 2016 o valor médio dos carros comprados foi de R\$ 43,3 mil, aumento de 5% no valor de compra. Os descontos com montadoras permaneceram em valores equivalentes.

4. Endividamento

Endividamento	2017		2016		Var 17/16
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	%
Circulante	33.250	43,4%	23.256	33,7%	43,0%
Não circulante	43.320	56,6%	45.815	66,3%	-5,4%
Endividamento Bruto Total	76.570	100,0%	69.071	100,0%	10,9%
Caixa e Aplicações	15.455		10.964		41,0%
Endividamento Líquido Total	61.115		58.107		5,2%

A variação do endividamento no exercício está diretamente relacionada à diferença de preço entre o carro novo e o desmobilizado na renovação da frota.

O aumento do endividamento total, no valor de R\$3.008, tem como principal vetor a compra de carros cuja variação na frota total (a valor de compra) foi de R\$10.400.

As variações nas contas de capital de giro, principalmente fornecedores com aumento de R\$5.279 devido ao prazo de pagamento com montadoras no final do período em 2017, e a margem operacional (EBITDA) explicam o restante da variação do endividamento líquido.

5. Patrimônio Líquido (Capitalização)

A variação do patrimônio líquido reflete na integralidade o efeito do resultado acumulado no período.

6. Indicadores

Indicadores (x)	2017	2016
Dívida Líquida/EBITDA	2,90	2,91
Dívida Líquida/Frota Líquida	0,66	0,71
Dívida Líquida/PL	1,23	1,17

Os *ratios* atuais garantem bom espaço para crescimento futuro sem prejuízo da sustentabilidade financeira em patamares adequados ao ciclo de negócios da Companhia. A evolução dos índices está relacionada ao aumento do valor do ativo (veículos) e dívida associada.

7. Governança Corporativa

Atendendo às práticas de Governança Corporativa, a Maestro possui Conselho de Administração composto por 5 membros e Diretoria Executiva composta de 3 membros.

Conselho de Administração

Nome	Cargo
Alberto Costa Sousa Camões	Presidente do Conselho
Eduardo Magalhães Oliveira	Vice Presidente do Conselho
Fernando Zingales Oller do Nascimento	Conselheiro Efetivo
Alan Lewkowicz	Conselheiro Efetivo
Antonio Carlos Romeiras de Lemos	Conselheiro Independente

Diretoria Executiva

Nome	Cargo
Fábio Lewkowicz	Diretor Superintendente
Carlos Miguel O.M. Borges Alves	Diretor Adm. Fin. e de RI
Mônica Jorgino Marcondes	Diretora Superintendente

8. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, a Companhia adota a prática de não contratar serviços de consultoria dos auditores externo para evitar conflitos de interesse que possam eventualmente afetar a independência dos auditores. A segregação dos serviços dos auditores foram: (i) auditoria das demonstrações financeiras anuais e individuais, revisão das demonstrações financeiras intermediárias trimestrais e individuais preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Maestro Locadora de Veículos S.A.
Embu das Artes - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maestro Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Estimativa de realização dos tributos diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social conforme detalhado na nota explicativa 9, no montante de R\$11.825 mil em 31 de dezembro de 2017. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento na estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação para nos auxiliar nas análises sobre as projeções de resultados e realização futura desses impostos diferidos ativos; analisamos as projeções para a realização dos impostos diferidos preparadas pela Administração, que incluíram, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, competidores e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de avaliação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do imposto de renda diferido ativo mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imposto de renda diferido ativo adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Definição do valor residual e vida útil dos veículos

Conforme mencionado na Nota 2.h, a Administração da Companhia define o valor residual dos veículos operacionais a partir do valor de venda esperado ao final de suas vidas úteis, considerando sua melhor estimativa e com base no histórico de eventos semelhantes. O valor depreciável de um veículo é a diferença entre o custo de aquisição e o valor residual estimado com base na vida útil definida que está diretamente relacionada à expectativa de renovação da frota.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria devido à subjetividade e julgamento utilizados na definição da vida útil dos bens e do valor residual estimado.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) o entendimento e avaliação das premissas utilizadas pela Administração na definição do valor residual de veículos; ii) revisão dos documentos que suportaram a definição das principais premissas aplicadas na definição do valor residual de veículos; e iii) análise do resultado na alienação dos veículos reconhecido durante o exercício.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a definição do valor residual e vida útil de veículos, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de definição do valor residual e vida útil dos veículos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 2.h, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

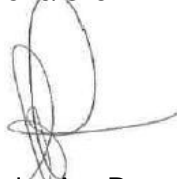
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
2SP034519/O-6



Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.239	6.293
Aplicações financeiras de uso restrito	5	900	73
Contas a receber de clientes	6	9.230	10.799
Veículos em desativação para renovação da frota	7	538	821
Impostos a recuperar		595	1.028
Despesas antecipadas	8	1.023	1.337
Outras contas a receber		852	668
Total do ativo circulante		<u>24.377</u>	<u>21.019</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras de uso restrito	5	3.316	4.598
Contas a receber de clientes	6	2.391	515
Depósitos judiciais	14	-	101
Despesas antecipadas	8	924	941
Imposto de renda e contribuição social	9.b	11.825	11.864
Outras contas a receber		452	-
Imobilizado	10	93.025	82.503
Intangível		5	41
Total do ativo não circulante		<u>111.938</u>	<u>100.563</u>
Total do ativo		<u>136.315</u>	<u>121.582</u>

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	6.148	869
Empréstimos e financiamentos	12	22.104	12.099
Debêntures a pagar	13	11.146	11.157
Salários, encargos e contribuições sociais		482	561
Obrigações tributárias		714	414
Outras contas a pagar		2.029	1.047
Total do passivo circulante		42.623	26.147
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	31.289	22.627
Debêntures a pagar	13	12.031	23.188
Outras contas a pagar		452	-
Provisão para contingências	14	18	100
Total do passivo não circulante		43.790	45.915
Patrimônio líquido			
Capital social	15	51.735	51.735
Reserva de lucros		3.796	3.686
Prejuízos acumulados		(5.629)	(5.901)
Total do patrimônio líquido		49.902	49.520
Total do passivo e patrimônio líquido		136.315	121.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	17	70.989	59.983
Custos de locação e venda de veículos	18	(49.783)	(41.486)
Lucro bruto		21.206	18.497
(Despesas) receitas operacionais			
Administrativas e gerais	19	(9.555)	(9.214)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	215	1.790
		(9.340)	(7.424)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		11.866	11.073
(Despesas) receitas financeiras			
Despesas financeiras	20	(12.403)	(14.788)
Receitas financeiras	20	1.587	2.612
Despesas financeiras, líquidas		(10.816)	(12.176)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos		1.050	(1.103)
Imposto de renda e contribuição social correntes	9.a	(629)	(212)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	(39)	14.139
Lucro líquido do exercício		382	12.824
Resultado por ação - básico e diluído	16	0,22	7,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro líquido do exercício	382	12.824
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>382</u>	<u>12.824</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Reserva de lucros		Lucros acumulados	
			Reserva legal	Dividendos não distribuídos		
Saldos em 1º de janeiro de 2016	51.735	(15.039)	-	-	-	36.696
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.824	12.824
Constituição de reserva legal	-	-	641	-	(641)	-
Constituição de reserva de dividendos a distribuir	-	-	-	3.045	(3.045)	-
Compensação de prejuízos	-	9.138	-	-	(9.138)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	51.735	(5.901)	641	3.045	-	49.520
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	382	382
Constituição de reserva legal	-	-	19	-	(19)	-
Constituição de reserva de dividendos a distribuir	-	-	-	91	(91)	-
Compensação de prejuízos	-	272	-	-	(272)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	51.735	(5.629)	660	3.136	-	49.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	382	12.824
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	(14.139)
Depreciação e amortização	9.200	8.820
Custo residual do ativo imobilizado baixado e de veículos em desativação para renovação de frota	32.212	24.040
Baixa/devolução de imobilizado por roubo e/ou perda total	-	(55)
Encargos financeiros	10.842	13.426
Amortização dos custos de emissão das debêntures	704	705
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	673	573
Reversão de provisão para contingências	(82)	-
Constituição/reversão da provisão para perda dos veículos imobilizados e em desativação para renovação de frota	(319)	113
Variações nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(980)	(4.813)
Aquisições de veículos (vide Nota 23)	(42.878)	(37.090)
Impostos a recuperar	433	87
Despesas antecipadas	331	(717)
Depósitos judiciais	101	(25)
Outras contas a receber	(636)	(121)
Fornecedores (exceto montadora)	(263)	(349)
Salários, encargos e contribuições sociais	(79)	185
Obrigações tributárias	300	110
Outras contas a pagar	1.434	298
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	11.414	3.872
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras de uso restrito	455	433
Aquisição de outros ativos imobilizados	(2.876)	(1.298)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	(2.421)	(865)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos, financiamentos, debêntures e consórcios	37.131	25.703
Amortização de empréstimos, financiamentos, debêntures, consórcios e arrendamentos financeiros	(31.205)	(22.205)
Juros pagos	(9.973)	(13.552)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(4.047)	(10.054)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	4.946	(7.047)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.293	13.340
No fim do exercício	11.239	6.293
	4.946	(7.047)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		
Receita bruta de locação e venda de veículos	74.879	63.708
Outras receitas	5.058	4.817
Descontos concedidos e cancelamentos	-	(64)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(673)	(573)
	79.264	67.888
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos serviços prestados	(11.908)	(10.379)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.836)	(2.883)
Comerciais e publicidade	(101)	(133)
Custo na alienação para renovação de veículos da frota e outros ativos imobilizado	(32.183)	(24.040)
	(47.028)	(37.435)
Valor adicionado bruto	32.236	30.453
Depreciação e amortização	(9.200)	(8.820)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	23.036	21.633
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.587	2.612
Valor adicionado total a distribuir	24.623	24.245
Distribuição do valor adicionado	24.623	24.245
Pessoal		
Remuneração direta	4.460	4.161
Benefícios	594	495
FGTS	234	224
Impostos, taxas e contribuições		
Municipais	-	2
Federais	5.994	(8.659)
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros e despesas sobre empréstimos e debêntures	10.842	14.374
Aluguéis	459	467
Outras	1.658	357
Remuneração de capital próprio		
Lucro líquido do exercício	382	12.824

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Maestro Locadora de Veículos S.A. (“Maestro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, contudo sem ações negociadas em mercado. A Companhia foi constituída em 5 de abril de 2007, com escritório administrativo localizado na Avenida Queiroz Filho, 1560, Vila Hamburguesa, São Paulo, Estado de São Paulo e sede na Rua Paulo do Vale, 356 - Salão 3 fundos, Vila Cercado Grande, Embu das Artes, no Estado de São Paulo.

A Companhia atua em todo território nacional no segmento de locação de veículos de longa duração, sem motorista, provendo serviços de terceirização de frotas. Os veículos são comprados junto às principais montadoras do país, permanecem em utilização por um prazo médio de dois a três anos e são posteriormente vendidos em canais de revenda de usados e leilões especializados. Cabe ressaltar que em 31 de dezembro de 2017, a frota da Maestro era composta por 2.429 veículos (2.486 em 31 de dezembro de 2016).

No âmbito operacional, continuamos trabalhando no sentido de garantir a melhoria contínua da eficiência logística e operacional buscando reduzir tanto o número de dias em que o carro é disponibilizado para o cliente quanto o prazo em que o veículo é vendido.

Mantemos parcerias comerciais de longo prazo com as principais montadoras do país, garantindo não só base relativamente diversificada de potenciais fornecedores como também condições gerais competitivas para aquisição de veículos. Esse relacionamento tem garantido ao longo dos anos condições comerciais adequadas ao perfil de clientes que buscamos manter e conquistar. Buscamos também a melhoria contínua dessas condições gerais de aquisição de veículos à medida que a Companhia evolui em seu ciclo de negócios.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

a) Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas Comissão de Valores Mobiliários (CVM)—Continuação

Todas as informações relevantes próprias desta demonstração financeira anual, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão desta demonstração financeira anual foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 16 de março de 2018.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

c) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

d) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota 10 - Imobilizado (depreciação de veículos) e valor residual

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

e) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste significativo no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 06 - Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD);
- Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota;
- Nota 09 - Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 10 - Imobilizado (depreciação de veículos e valor residual).

f) Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Ativos financeiros são classificados e reconhecidos como valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou instrumentos de cobertura.

Os passivos financeiros são classificados e reconhecidos como valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar ou instrumentos de cobertura.

A Companhia não possui derivativos, ativos ou passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente - ativos financeiros

Durante o período do relatório, todos os ativos financeiros mantidos pela Companhia foram classificados como empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado. A mensuração subsequente destes ativos é pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, menos imparidade, ou deterioração.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

f) Instrumentos financeiros—Continuação

Mensuração subsequente - ativos financeiros—Continuação

Ativos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimentos fixos que a Companhia possui a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. A mensuração subsequente destes ativos é pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, menos imparidade, ou deterioração.

Os ativos financeiros são avaliados regularmente pela deterioração e perda por imparidade e reconhecida, se for o caso, do valor contábil do ativo for superior ao seu valor em uso indicado pelo valor presente de fluxos de caixa futuros estimados sobre a quantia contabilizada no ativo. Essa perda é registrada na demonstração do resultado e uma conta de provisão no balanço para reduzir o valor contábil do ativo.

Mensuração subsequente - passivos financeiros

Durante o exercício, todos os passivos financeiros detidos pela Companhia foram classificados como empréstimos e financiamentos ou contas a pagar.

Empréstimos e financiamentos são acordos contratuais de empréstimos com juros e empréstimos de arrendamentos financeiros. A mensuração subsequente desses passivos é pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Contas a pagar são passivos financeiros detidos principalmente com fornecedores e partes relacionadas. A mensuração subsequente desses passivos é pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos (concedidos) e recebíveis; (iv) passivos financeiros não mensurados ao valor justo; e (v) disponível para venda.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

g) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os veículos em desativação para renovação da frota são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;
- Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

h) Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Aplicações financeiras de uso restrito

Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e mensuradas ao valor justo em contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidoras de empréstimos bancários da Companhia.

Conta a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber representam os serviços prestados e a venda de veículos até a data dos balanços patrimoniais, e estão apresentadas líquidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

h) Principais políticas contábeis—Continuação

Veículos em desativação para renovação da frota

A frota de veículos é renovada após sua vida útil-econômica, que compreende basicamente o exercício em que a frota está alugada a terceiros. Após este exercício os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluguel.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

h) Principais políticas contábeis—Continuação

Imobilizado—Continuação

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperada para o fim de sua vida útil).

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Veículos	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Móveis em arrendamentos	10 anos	10 anos
Benfeitorias	10 anos	10 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios.

Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

h) Principais políticas contábeis—Continuação

Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

h) Principais políticas contábeis—Continuação

Redução ao valor recuperável—Continuação

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto para o imposto de renda e contribuição social diferidos (que seguem o pronunciamento CPC 01 R1), são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

h) Principais políticas contábeis—Continuação

Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Adicionalmente, em casos raros onde não é claro se existe ou não uma obrigação presente, presume-se que um evento passado dá origem a uma obrigação presente se, levando em consideração toda a evidência disponível, é mais provável que sim do que não que existe uma obrigação presente na data do balanço.

Receita líquida operacional

Receita de locação de veículos

A receita de locação de bens (veículos) é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas de locação de frota são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel.

Venda de veículos

A receita líquida operacional da venda de bens (veículos), atividade acessória e complementar da atividade de locação de veículos, é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de veículos pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita líquida operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita líquida operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

h) Principais políticas contábeis—Continuação

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e juros de mora incidentes sobre valores recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao prejuízo contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação—Continuação

h) Principais políticas contábeis—Continuação

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As informações anuais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC).

Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas.

i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2017

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia, estão descritos a seguir:

Alterações à IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa: Iniciativa de divulgação

As alterações exigem que as entidades apresentem divulgação das mutações em seu passivo decorrentes das atividades de financiamento, inclusive as mutações decorrentes dos fluxos de caixa e mutações que não afetam o caixa (tais como as de variações cambiais). A Companhia forneceu informações para o período atual e para fins de comparação.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Alterações à IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: Reconhecimento de Ativos Fiscais Diferidos por Prejuízos Não Realizados

As alterações esclarecem que uma entidade precisa considerar se a legislação tributária restringe as fontes de lucros tributáveis em relação aos quais são permitidas deduções sobre o estorno da diferença temporária dedutível referente a prejuízos não realizados. Além disso, as alterações fornecem orientação sobre de que forma uma entidade deve apurar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável poderá incluir a recuperação de alguns ativos por montante superior ao seu valor contábil. A Companhia aplicou as alterações de forma retrospectiva. No entanto, essa aplicação não tem efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

Ciclo de melhorias anuais - 2015-2017

Alterações à IFRS 12 - Divulgação de Participações em Outras Entidades: Esclarecimento do escopo de requisitos de divulgação na IFRS 12

As alterações esclarecem que os requisitos de divulgação da IFRS 12 distintos dos previstos nos parágrafos B10-B16 aplicam-se às participações de uma entidade em uma controlada, em um empreendimento controlado em conjunto (joint venture) ou em uma coligada (ou a uma parcela de sua participação em uma joint venture ou em uma coligada), que sejam classificadas (ou incluídas em um grupo para fins de alienação que seja classificado) como mantidas para venda. Essas melhorias não têm impacto para as demonstrações financeiras da Companhia.

j) Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substituiu a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Maestro irá adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor e não fará reapresentação de informações comparativas. Em 2017 realizou uma avaliação do impacto dos três aspectos do IFRS 9, essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas ao grupo em 2018, quando a Companhia passará a adotar este pronunciamento. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido. De acordo com as análises realizadas pela Administração, as seguintes considerações foram identificadas:

(a) Classificação e mensuração

A Companhia não espera um impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9. Espera-se continuar a mensurar a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos a valor justo. Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

(b) Perdas por redução do valor recuperável ("Impairment")

A Companhia não espera um impacto significativo no seu balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício ao aplicar a nova exigência de perdas por redução do valor recuperável, entende ainda que a metodologia de apuração de provisão de perdas esperadas pelo modelo de "aging list" é o melhor modelo que reflete a estimativa de perdas. Vale destacar que por procedimento da Companhia que a receita de serviços prestados somente é reconhecida após o "aceite" de seus clientes, o que minimiza muito o risco de inadimplência.

(c) Contabilidade de hedge

A Companhia não espera impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido uma vez que não possui operações de contabilidade de hedge.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todas as receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos. Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada, embora facultada pelas IFRSs, foi vedada pelos entes reguladores do mercado de capitais brasileiro.

A Maestro realizou a análise no que se refere à identificação dos efeitos mais relevantes da norma e não identificou quaisquer efeitos materiais que requeressem qualquer divulgação adicional.

Itens como garantias, licenciamento e adiantamento de clientes não são aplicáveis a operação da empresa.

As exigências de apresentação e divulgação no IFRS 15 são mais detalhadas do que nos IFRS em vigor. As exigências de apresentação representam uma mudança significativa com relação à prática em vigor e aumentam significativamente o volume de divulgações exigidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação do IFRS 15 são novas e a Companhia avaliou que o impacto de algumas delas será significativo. Em particular, a Companhia espera que as notas às demonstrações financeiras sejam expandidas, mesmo que as diferenças da norma não sejam significativas.

IFRS 16 – Arrendamento mercantil (CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses, ou menos). Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019, ou após essa data.

Não há montantes significativos de arrendamentos operacionais a pagar, portanto, a Companhia não espera impactos relevantes.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Adicionalmente as seguintes novas normas, alterações e interpretações foram emitidas pelo IASB, porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras quando de sua adoção inicial:

- Alterações na IFRS 2 - As alterações endereçam áreas envolvendo mensuração, classificação e modificação de termos e/ou condições de tais transações e estarão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018.
- Alterações na IFRS 4 - As alterações endereçam preocupações sobre a adoção do IFRS 9 e estarão em vigor a partir de períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras quando da aplicação de tais adoções. Em 2018, A Companhia planeja avaliar o efeito potencial da IFRS 16 nas suas demonstrações financeiras.

Não existem outros pronunciamentos, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Gerenciamento do risco financeiro

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de liquidez
- Risco de crédito

As práticas de gerenciamento de risco têm por objetivo identificar, monitorar, analisar e mitigar potenciais perdas à Companhia, estabelecendo limites e controles para o seu gerenciamento.

A Diretoria tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão do gerenciamento dos riscos reportando-os de forma sistemática ao Conselho de Administração.

a) *Risco de mercado*

Definido como alterações nos preços de mercado, cujo componente de maior relevância são o risco taxa de juros e de valor residual dos veículos.

A Companhia busca também um adequado balanço entre suas captações de dívida pós e pré-fixadas.

O constante monitoramento das curvas futuras de juros, com implicação direta na precificação do aluguel, permite à Companhia, a cada momento, mitigar efeitos de flutuações de juros nos prazos do contrato, preservando a rentabilidade destes ao longo de sua duração.

Os valores residuais dos veículos, definidos como valores estimados de venda da frota após encerramento do ciclo do contrato de terceirização são constantemente monitorados pela Administração e levam em consideração principalmente fatores como valores atuais de mercado dos veículos, ciclo de vida dos modelos, canal de venda dos veículos e políticas do governo com relação aos impostos incidentes nas operações de vendas de veículos.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Gerenciamento do risco financeiro--Continuação

Visão geral--Continuação

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxas de juros é aquele no qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno e externo. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

c) *Risco operacional*

Risco operacional é o risco de natureza estrutural, tecnológica, pessoal e de infraestrutura que surgem de todas as atividades intrínsecas à locação de automóveis.

A responsabilidade pela gestão dos riscos e otimização de seu monitoramento é da Administração. Dentre os principais riscos operacionais estão:

- Risco de performance: onde controles, processos e procedimentos devem garantir o fiel cumprimento dos itens contratados mantendo-se custos reais iguais ou inferiores aos projetados.
- Risco de integridade do ativo: definidos como perdas não previstas como multas, avarias e sinistros sejam cobertos por mecanismos perfeitamente definidos de reembolso e autosseguro.

d) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em prejuízos financeiros decorrentes do não pagamento de obrigações contratuais pelos seus clientes.

Os principais elementos mitigadores do risco de crédito adotados pela Companhia são:

- Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de crédito;
- Padronização de contratos, dentro de certos parâmetros que não reduzam flexibilidade e atratividade comercial;
- Canal de comunicação rápido e transparente com o cliente no sentido de dirimir com agilidade possíveis questionamentos de cobranças adicionais ao aluguel básico, tais como multas e avarias.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Gerenciamento do risco financeiro--Continuação

Visão geral--Continuação

e) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é definido como aquele em que a Companhia pode encontrar dificuldades no cumprimento de suas obrigações financeiras.

As principais ferramentas mitigadoras deste risco adotadas são:

Uso de metodologia e ferramentas padrão de mercado na análise e concessão de:

- Planejamento de caixa: com grande ênfase na previsibilidade do capex líquido, ou seja, nas compras e vendas de veículos.
- Adoção de caixa mínimo, que permita cumprir obrigações contratadas mesmo num evento de hipotético stress de mercado ou de enxugamento sistêmico de liquidez.

Gestão de capital

A Gestão de capital da Companhia é realizada de forma a garantir, a qualquer momento, a sustentabilidade financeira da Companhia por meios próprios. Contribuem de forma decisiva nesta gestão a alta previsibilidade dos fluxos de caixa operacionais, decorrentes dos contratos de longa duração, e a natureza própria de baixa sazonalidade no negócio. Neste sentido, busca-se garantir que a todo momento, que o fluxo de caixa operacional da Companhia, somado aos recursos provenientes da venda de carros, sejam iguais ou superiores ao serviço do endividamento, incluindo pagamentos de juros e principal.

Dessa forma, o financiamento para crescimento de frota é dimensionado pela soma do fluxo de caixa operacional (incluindo o fluxo de caixa de venda de veículos) e por novas linhas de financiamento, deduzidas dos pagamentos correntes de dívida.

A Companhia busca manter sempre alternativas de novas linhas de financiamento de modo a suportar seu plano de crescimento.

Abaixo demonstramos a dívida líquida ao final do exercício:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos financeiros - dívida bruta	76.570	69.071
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	(15.455)	(10.964)
Dívida líquida	<u>61.115</u>	<u>58.107</u>

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	1.080	181
Aplicações financeiras	10.159	6.112
	<u>11.239</u>	<u>6.293</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, resgatáveis com o próprio emissor, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos financeiros referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) remunerados a 100% dos Certificados de Depósito Interbancários (CDIs-C) em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

5. Aplicações financeiras de uso restrito

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	900	73
Não circulante	3.316	4.598
	<u>4.216</u>	<u>4.671</u>

Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), que na data do balanço patrimonial não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função de taxa de juros, mensuradas ao valor justo. Essas aplicações são remuneradas a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e estão vinculadas aos empréstimos associados (garantidoras), conforme divulgação na Nota nº 12.

6. Contas a receber de clientes

<u>Circulante</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Locação de veículos	14.033	13.053
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.412)	(1.739)
	<u>11.621</u>	<u>11.314</u>
Circulante	9.230	10.799
Não circulante	2.391	515
	<u>11.621</u>	<u>11.314</u>

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

A exposição máxima ao risco de crédito para as contas a receber de clientes na data do relatório foi:

Faixa	31/12/2017	31/12/2016
A vencer	6.506	6.267
Vencidos:		
De 01 a 60 dias	927	1.461
De 61 a 90 dias	98	732
De 91 a 180 dias	574	1.112
De 181 a 360 dias	908	828
Acima de 360 dias	2.608	914
Total Locação de veículos	11.621	11.314

As contas a receber classificadas como "Não circulante" são compostas por faturas a receber dos clientes que estão em processo de cobrança judicial em que a Companhia não possui expectativa de realização dentro do prazo de um ano da data-base do balanço patrimonial.

De acordo com a opinião dos advogados que patrocinam tais ações, as chances de recuperação dos montantes faturados existem, tendo em vista a solidez financeira das empresas em questão.

A movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2015	(196)	(970)	(1.166)
Reversão da provisão	322	172	494
Constituição da provisão	(161)	(906)	(1.067)
Saldo em 31/12/2016	(35)	(1.704)	(1.739)
Reversão da provisão	35	123	158
Constituição da provisão	(21)	(810)	(831)
Saldo em 31/12/2017	(21)	(2.391)	(2.412)

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas de realização de créditos.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7. Veículos em desativação para renovação da frota

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	821	4.762
Provisão para perda	-	(113)
Baixas	(32.183)	(23.945)
Transferências de veículos (i)	31.900	20.117
Saldo final	538	821

A Companhia mantém política e procedimento para analisar e comparar o valor contábil dos veículos em desativação para renovação da frota com seu valor realizável líquido. E, quando há incertezas quanto à realização do seu valor realizável líquido, uma provisão para perda (*impairment*) é constituída.

(i) Transferência de veículos do imobilizado anteriormente em operação. Vide Nota Explicativa nº 10.

8. Despesas antecipadas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
1º emplacamento	591	694
Despesas bancárias	1.008	949
Despesas de prêmio de seguros	143	145
Outros	205	490
	1.947	2.278
Circulante	1.023	1.337
Não circulante	924	941

As despesas antecipadas de 1º emplacamento são apropriadas ao resultado no prazo médio de 24 meses, devido à natureza dos contratos de locação.

As demais despesas antecipadas são apropriadas de acordo com o seu prazo de vigência.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras e sobre o prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável avaliação dos lucros tributáveis futuros que poderão ser usados na compensação prejuízo fiscal acumulado e base negativa de contribuição social, baseado em projeções de receita futura e preparadas com premissas internas e cenários econômicos futuros que podem ser alterados.

a) Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.050	(1.103)
Imposto de renda à alíquota nominal - 34%	(357)	375
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:		
Bônus à diretoria	(204)	-
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos, patrocínios	(74)	-
(-) Créditos fiscais não reconhecidos (i)	-	(375)
Outros	(33)	(149)
Reversão de Impairment	-	14.076
Total de imposto de renda e contribuição social	(668)	13.927
Imposto de renda e contribuição social correntes do exercício	(629)	(212)
Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício	(39)	14.139

(i) Créditos tributários não reconhecidos em virtude de ausência de expectativa de rentabilidade futura.

b) Balanço patrimonial

A seguir apresentamos as naturezas que representam os saldos de ativo e passivo fiscal diferido da Companhia nos exercícios comparativos:

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ e CSLL	10.855	-	10.855	12.035
Ajuste de arrendamento financeiro	-	(200)	(200)	(171)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	820	-	820	-
Outras diferenças temporárias	350	-	350	-
	12.025	(200)	11.825	11.864

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

b) Balanco patrimonial--Continuação

O passivo é composto do imposto a pagar diferido sobre as operações de arrendamento mercantil e o ajuste de depreciação sobre o ativo imobilizado entre a vida útil-econômica e as taxas fiscais.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados pelos valores líquidos nos termos do CPC 32.

c) Resultado do exercício

A despesa de impostos diferidos reconhecida no resultado é de R\$39 e a despesa de imposto corrente é de R\$629 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$14.139 e R\$(212), respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

d) Prejuízo fiscal e base negativa

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui saldo de prejuízo fiscal no montante de R\$31.694 (R\$32.445 em 31 de dezembro de 2016) e base negativa no montante de R\$32.572 (R\$33.323 em 31 de dezembro de 2016).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que para 31 de dezembro de 2017 demonstra que o saldo de imposto de renda diferido ativo será compensado.

A Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

2018	1.777
2019	1.614
2020	1.969
2021	2.249
2022	2.826
A partir de 2023	1.390
	<hr/>
	11.825

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imobilizado

a) Movimentação no exercício findo em 31/12/2016

<u>Custo</u>	<u>Saldos em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Transfer. para renovação (i)</u>	<u>Saldos em 31/12/2016</u>
Veículos operacionais	74.284	-	(402)	44.509	(22.612)	95.779
Equipamentos de informática e telefonia	212	35	-	-	-	247
Máquinas e equipamentos	844	85	-	-	-	929
Móveis e utensílios	107	68	-	-	-	175
Benfeitorias	139	86	-	-	-	225
Imobilizado em curso	8.827	36.074	-	(44.509)	-	392
Acessórios	332	937	-	-	-	1.269
	<u>84.745</u>	<u>37.285</u>	<u>(402)</u>	<u>-</u>	<u>(22.612)</u>	<u>99.016</u>

<u>Depreciação</u>	<u>Taxa de depreciação</u>	<u>Saldos em 31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Transfer. para renovação (i)</u>	<u>Saldos em 31/12/2016</u>
Veículos operacionais	11%	(9.649)	(8.180)	307	-	2.495	(15.027)
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	(83)	(25)	-	-	-	(108)
Máquinas e equipamentos	10%	(323)	(97)	-	-	-	(420)
Móveis e utensílios	10%	(41)	(14)	-	-	-	(55)
Benfeitorias	10%	(49)	(52)	-	-	-	(101)
Acessórios	10%	(69)	(388)	-	-	-	(457)
		<u>(10.214)</u>	<u>(8.756)</u>	<u>307</u>	<u>-</u>	<u>2.495</u>	<u>(16.168)</u>
Provisão para perdas e roubos		(400)	55	-	-	-	(345)
Imobilizado líquido		<u>74.131</u>	<u>28.584</u>	<u>(95)</u>	<u>-</u>	<u>(20.117)</u>	<u>82.503</u>

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

b) Movimentação no exercício findo em 31/12/2017

Custo	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/12/2017
Veículos operacionais	95.779	-	(54)	45.150	(43.497)	97.378
Equipamentos de informática e telefonia	247	27	-	-	-	274
Máquinas e equipamentos	929	-	-	(38)	-	891
Móveis e utensílios	175	3	-	-	-	178
Benfeitorias	225	-	-	-	-	225
Imobilizado em curso	392	48.420	-	(45.150)	(47)	3.615
Acessórios	1.269	2.841	-	38	(147)	4.001
	<u>99.016</u>	<u>51.291</u>	<u>(54)</u>	<u>-</u>	<u>(43.691)</u>	<u>106.562</u>

Depreciação	Taxa de depreciação	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transfer. para renovação (i)	Saldos em 31/12/2017
Veículos operacionais	11%	(15.027)	(8.001)	25	-	11.709	(11.294)
Equipamentos de informática e telefonia	10-20%	(108)	(32)	-	-	-	(140)
Máquinas e equipamentos	10%	(420)	(103)	-	18	-	(505)
Móveis e utensílios	10%	(55)	(17)	-	-	-	(72)
Benfeitorias	10%	(101)	(76)	-	-	-	(177)
Acessórios		(457)	(930)	-	(18)	82	(1.323)
		<u>(16.168)</u>	<u>(9.159)</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>11.791</u>	<u>(13.511)</u>
Provisões para perdas e roubos		(345)	-	319	-	-	(26)
Imobilizado líquido		<u>82.503</u>	<u>42.132</u>	<u>290</u>	<u>-</u>	<u>(31.900)</u>	<u>93.025</u>

(i) Transferência do ativo imobilizado para a conta de "Veículos" em desativação para renovação de frota". Vide Nota nº 7

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

c) Veículos arrendados

A Companhia arrenda veículos sob uma série de acordos de arrendamentos financeiros, cujas obrigações de arrendamento estão divulgadas na Nota nº 12. Em 31 de dezembro de 2017 o valor contábil residual dos veículos arrendados era de R\$7.663 (R\$502 em 2016).

Os contratos de arrendamento mercantil destinam-se exclusivamente à aquisição de veículos que serão locados a clientes pelo período de 24 a 60 meses.

d) Garantias

Em 31 de dezembro de 2017, o equivalente a 89% da frota total da Companhia (2.149 veículos) é garantidora de empréstimos bancários, financiamentos e arrendamentos financeiros cujo valor residual é de R\$80.758 (R\$70.472 em dezembro de 2016).

11. Fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Montadoras	5.648	106
Fornecedores diversos	500	763
	<u>6.148</u>	<u>869</u>

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

O perfil do endividamento da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016 estão resumidos nas tabelas abaixo:

Modalidade	Moeda	Taxa ano (%)		Ano de vencim.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Max.					
		31 de dezembro de 2017						
Giro (Pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	2019	5.908	8.814	14.722	27,57%
Giro (Pós)	R\$	0,34 a.m. + CDI	0,47 a.m. + CDI	2019	13.636	15.871	29.507	55,26%
Arrendamento financeiro (Pré)	R\$	1,33 a.m.	1,33 a.m.	2022	2.560	6.604	9.164	17,16%
					22.104	31.289	53.393	

Modalidade	Moeda	Taxa ano (%)		Ano de vencim.	Circulante	Não circulante	Total	% Total
		Min.	Máx.					
		31 de dezembro de 2016						
Giro (pré)	R\$	0,92 a.m.	1,41 a.m.	2019	1.839	3.283	5.122	14,75%
Giro (pós) (i)	R\$	0,34 a.m. + + CDI	0,47 a.m. + CDI	2020	10.168	19.251	29.419	84,72%
Finame				2017	92	93	185	0,53%
					12.099	22.627	34.726	

a) Garantias

Os empréstimos e as operações de arrendamento mercantil são garantidos pela composição de veículos, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10 (d) e/ou recebíveis em algumas operações de capital de giro.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Cláusulas contratuais

Em 14 de junho de 2017, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco Pan no valor principal de R\$9.600, com vencimento final em 16 de dezembro de 2019. Durante o prazo de vigência a Companhia deve manter o mínimo de 20% do saldo devedor em aplicações financeiras de uso restrito.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia contratou linha de crédito junto ao Banco Panamericano CCB no valor principal de R\$10.050, com vencimento final em 16 de dezembro de 2019 a qual durante o prazo de vigência está sujeita ao cumprimento trimestral de determinados índices e limites financeiros relacionados a endividamento e alavancagem, exigíveis a partir de 30 de setembro de 2017, tendo por base as demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações financeiras anuais auditadas em 31 de dezembro.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição	Realizado
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 4,00	2,90
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo patrimônio líquido	< 3,25	1,23
(iii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pela frota total líquida	< 0,85	0,66

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia atendeu às cláusulas de *covenants*.

As divulgações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e liquidez estão na Nota nº 22.

13. Debêntures a pagar

	31/12/2017	31/12/2016
Debêntures a pagar	24.700	36.572
(-) Custos de transação para emissão de debêntures (i)	(1.523)	(2.227)
	23.177	34.345
Circulante	11.146	11.157
Não circulante	12.031	23.188

(i) Gastos com a emissão das debêntures os quais são amortizados pelo prazo de vigência da dívida.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Debêntures a pagar--Continuação

Em 30 de janeiro de 2015 a Companhia realizou a primeira emissão de 620 debêntures simples não conversíveis em ações, junto ao agente fiduciário Pentágono S.A., e estruturada pelo Banco Modal no montante total de R\$62.000, com remuneração anual de CDI + 4,17%, tendo sido efetivamente subscrito o valor de R\$61.230.

As debêntures não possuem carência para amortização dos juros e do saldo devedor, e possuem prazo de 60 meses a partir do 1º dia de fevereiro de 2016, com parcelas iguais a 1,66% do saldo devedor. O término das amortizações está previsto para 30 de janeiro de 2020.

Em assembleia geral dos titulares de debêntures realizada em 20 de junho de 2016, por deliberação dos debenturistas foram realizadas as seguintes alterações: (i) ajustar a cláusula 6.16 da Espécie com Garantia Real, da primeira emissão das debêntures, com a finalidade de alterar os percentuais das parcelas de amortização; (ii) alterar o item 6.25 a fim de ajustar o limite do índice da razão entre a dívida líquida e o EBITDA para acompanhamento do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; (iii) dentre outras.

A condição contratual e o cumprimento dos índices e limites financeiros são apresentados a seguir:

Condição contratual	Restrição	Realizado
(i) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA (acumulado últimos 12 meses)	< 4,25	2,90
(ii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pelo patrimônio líquido	< 3,25	1,23
(iii) Índice obtido da divisão da dívida financeira líquida pela frota total líquida	< 0,85	0,66

14. Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a ações cíveis, decorrentes do curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Contingências cíveis	18	100
Depósitos judiciais	-	(101)

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia não provisiona valores sobre contingências classificadas com probabilidade de perda possível. A estimativa dos valores relacionados a contingências cíveis possíveis, com base em informações de seus assessores jurídicos, em 31 de dezembro de 2017 é de R\$193 (R\$74 em 31 de dezembro de 2016).

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências--Continuação

Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais na esfera cível, cujas movimentações da provisão e dos depósitos judiciais estão demonstradas abaixo:

	Saldos em 31/12/2016	Constituição	Reversões	Saldos em 31/12/2017
Contingências	100	-	(82)	18
Depósitos judiciais	(101)	-	101	-
	(1)	-	19	(18)

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é constituído de 1.733.988 ações ordinárias, representando o capital social de R\$51.735. As ações não possuem valor nominal, e os titulares têm direito a um voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela no capital social.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

Acionistas	%	31/12/2017 e 31/12/2016	
		Quantidade de ações	Capital integralizado
Fundo Mútuo de Investimento em empresas emergentes	45%	780.687	22.752
Stratus SCP Brasil FIP	31%	541.119	15.770
Lewco Participações e Administração Ltda.	2%	29.629	864
Stratus Investimentos Ltda.	1%	12.249	357
Fábio, Alan e Natalie Lewkowicz	21%	370.304	11.392
		1.733.988	51.135

b) Reserva legal

A Lei das Sociedades por Ações, bem como o Estatuto Social da Companhia, estabelece que 5% do lucro líquido será destinado para a constituição de reserva legal, desde que não exceda 20% do capital social. Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Patrimônio líquido--Continuação

c) Distribuição de dividendos

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da Lei, ressalvada as hipóteses previstas no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, em Lei e no Estatuto e compensados os dividendos semestrais e intermediários e/ou intercalares que tenham sido eventualmente declarados no exercício.

Em 2017 e 2016 o resultado da Companhia teve a seguinte destinação:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	382	12.824
(-) Reserva legal (5%)	(19)	(641)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	<u>363</u>	<u>12.183</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	91	3.046

16. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía instrumentos que causassem efeito dilutivo no cálculo do resultado por ação diluído.

A tabela a seguir estabelece o cálculo do resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de valores por ação e quantidade de ações):

	<u>Básico e diluído</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Numerador			
Lucro líquido do exercício		382	12.824
Denominador			
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação (em milhares)		1.734	1.734
Resultado básico e diluído por ação ordinária		0,22	7,40

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Receita líquida

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Locação de veículos	42.070	40.274
Venda de veículos	32.809	23.434
	74.879	63.708
Impostos sobre serviços e vendas	(3.890)	(3.725)
	70.989	59.983

18. Custo de locação e venda de veículos

	31/12/2017	31/12/2016
Custos de manutenção	(9.351)	(9.762)
Custos com depreciação	(8.930)	(8.569)
Custos dos veículos vendidos	(32.183)	(23.945)
Outros custos com veículos vendidos	(89)	-
Custos com pessoal	(1.600)	(1.470)
Recuperação de créditos de PIS e COFINS	2.370	2.260
	(49.783)	(41.486)

19. Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com pessoal	(4.643)	(4.350)
Serviços de terceiros	(1.460)	(1.073)
Despesas com ocupação	(596)	(705)
Despesas gerais	(1.182)	(1.193)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(672)	(573)
Baixa de contas a receber incobráveis	(185)	(492)
Despesas com depreciação e amortização	(269)	(251)
Despesas de comunicação	(100)	(131)
Impostos sobre outras receitas	(448)	(446)
Receita de taxa de administração sobre multas	215	157
Receita com comissão	-	741
Outras receitas (despesas) operacionais	-	892
	(9.340)	(7.424)
Administrativas e gerais	(9.555)	(9.214)
Outras receitas operacionais, líquidas	215	1.790

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Resultado financeiro

Despesas financeiras	31/12/2017	31/12/2016
Juros passivos	(6.639)	(5.826)
Despesas e juros de debêntures	(5.199)	(8.551)
Despesas bancárias e IOF	(565)	(411)
Total	(12.403)	(14.788)

Receitas financeiras	31/12/2017	31/12/2016
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.065	2.339
Juros ativos	522	273
Total	1.587	2.612

21. Partes relacionadas

Conforme deliberado em AGE datada de 28 de abril de 2017, a remuneração estabelecida para os membros da diretoria executiva e Conselho de Administração da Companhia para o exercício de 2017 é de R\$2.471. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a remuneração paga foi de R\$1.258 (R\$1.372 em 2016), a título de remuneração fixa.

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a) Riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito, na data das demonstrações financeiras foi:

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de uso restrito	15.455	10.964
Contas a receber de clientes	11.620	11.314
Outras contas a receber	1.304	668
	28.379	22.946

	Valor	12 meses ou	2 - 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações de uso restrito	15.455	12.139	3.316	15.455
Contas a receber de clientes	11.620	9.230	2.391	11.620
Outras contas a receber	1.304	852	452	1.304
	28.379	22.221	6.158	28.379

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Riscos de liquidez

A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros não derivativos, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Empréstimos e financiamentos, debêntures e consórcios a pagar	76.570	69.071
Fornecedores	6.148	869
Outras contas a pagar	2.481	1.047
	85.199	70.987

Veja abaixo o cronograma de vencimento dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

	<u>Valor contábil</u>	<u>12 meses ou menos</u>	<u>2 - 5 anos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamentos	76.570	33.250	43.320	76.570
Fornecedores	6.148	6.148	-	6.148
Outras contas a pagar	2.481	2.029	452	2.481
	85.199	41.428	43.771	85.199

c) Classificação e valor justo

A tabela a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e bancos	1.080	1.080	181	181
Contas a receber de clientes	11.620	11.620	11.314	11.314
Outras contas a receber	1.304	1.304	668	668
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	10.159	10.159	6.112	6.112
Aplicações financeiras de uso restrito	4.215	4.215	4.671	4.671

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

c) Classificação e valor justo--Continuação

A Administração entende que os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Aplicações financeiras de uso restrito - são definidas como ativos de uso restrito, pois estão vinculados diretamente a dívidas da Companhia. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são substancialmente correspondentes ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Contas a receber de clientes, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzindo de provisão para perdas quando aplicável ou relevante.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento das atividades da Companhia.

d) Riscos de taxa de juros

A Companhia não tem em seu endividamento de 31 de dezembro de 2017 operações de *swap* ou qualquer outro derivativo contratado.

Análise de sensibilidade

Em relação ao passivo total, 95% está indexado ao CDI e, portanto, exposto à variação das taxas de juros.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

d) Riscos de taxa de juros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Para 31 de dezembro de 2017, a análise de sensibilidade contempla dois cenários de *stress*, I e II, com 8,31% e 9,97%, respectivamente, de aumento em relação ao patamar-base do CDI de 6,65%.

Considerando que as aplicações também são indexadas ao CDI, o efeito líquido patrimonial e sobre o resultado, nos cenários de *stress*, está demonstrado na tabela abaixo:

	Cenários		
	Base	I	II
Taxa de juros	6,65%	8,31%	9,97%
Varição em relação ao cenário-base		25%	50%
Dívida bruta indexada ao CDI	(54.207)	(58.710)	(59.611)
Aplicações indexadas ao CDI	14.375	15.568	15.807
Efeito na exposição patrimonial	(39.832)	(43.142)	(43.804)
Efeito líquido no resultado		(3.310)	(3.972)

23. Transações que não afetam o caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as seguintes transações não afetaram o caixa:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Demonstração do caixa pago pela aquisição de veículos:		
Aquisições de veículos no período (Nota 10)	<u>(48.420)</u>	(36.074)
Fornecedores - montadoras de veículos (Nota 11):		
Saldo no final do período	<u>5.648</u>	106
Saldo no início do período	<u>106</u>	1.122
	<u>5.542</u>	(1.016)
Caixa pago pela aquisição de veículos	<u>(42.878)</u>	<u>(37.090)</u>

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

24. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Em 1o de janeiro de 2017	34.726	34.345	69.071
Fluxos de caixa	(19.333)	(11.872)	(31.205)
Juros pagos	(5.658)	(4.315)	(9.973)
Juros provisionados	6.527	4.315	10.842
Novos arrendamentos	37.131	-	37.131
Amortização de custos de captação	-	704	704
Em 31 de dezembro de 2017	53.393	23.177	76.570

25. Cobertura de seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros no montante que a Administração considera adequado para cobrir os possíveis riscos e eventuais perdas com sinistros de seus ativos imobilizados.

Ativos segurados	Modalidades	31/12/2017
Veículos administrativos	Cobertura total (danos materiais)	1.600
Veículos administrativos	Cobertura total (danos corporais)	3.200
Predial	Cobertura total (danos materiais)	3.595

Em 8 de janeiro de 2017, a Companhia contratou um seguro de responsabilidade civil em benefício de seus administradores (seguro D&O), com validade de um ano.

Maestro Locadora de Veículos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. Cobertura de seguros--Continuação

O seguro garante o pagamento de prejuízos financeiros decorrentes de reclamações feitas contra os administradores em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados períodos de suas atribuições na administração e gestão da Companhia. A apólice prevê como limite máximo, garantia de R\$10.000 e um prêmio líquido total de R\$16. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão da suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração.

Carlos Alves
Diretor Financeiro

Dnalva Rocha dos Santos
Contadora CRC-SP296885/O-0

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Declaração

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de março de 2018.

Fabio Lewkowicz
Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes
Diretora Superintendente

Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes

Declaração

Pelo presente instrumento, os diretores da Maestro Locadora de Veículos S.A. abaixo designados ("Companhia") declaram que:

Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de março de 2018.

Fabio Lewkowicz
Diretor Presidente e Diretor Comercial e Marketing

Carlos Miguel de Oliveira Martins Borges Alves
Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Monica Jorgino Marcondes
Diretora Superintendente